

Leandro Paulsen

**CURSO DE
DIREITO TRIBUTÁRIO
— C O M P L E T O —**

7ª EDIÇÃO
revista, atualizada e ampliada



livraria //
DO ADVOGADO
// editora

Porto Alegre, 2015

Conselho Editorial
André Luís Callegari
Carlos Alberto Molinaro
Daniel Francisco Mitidiero
Darci Guimarães Ribeiro
Elaine Harzheim Macedo
Eugênio Facchini Neto
Draiton Gonzaga de Souza
Giovani Agostini Saavedra
Ingo Wolfgang Sarlet
Jose Luis Bolzan de Moraes
José Maria Rosa Tesheiner
Leandro Paulsen
Lenio Luiz Streck
Paulo Antônio Caliendo Velloso da Silveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P332c Paulsen, Leandro

Curso de direito tributário : completo / Leandro Paulsen. 7. ed. rev. atual.
e ampl. – Porto Alegre : Livraria do Advogado Editora, 2015.

519 p. ; 23 cm.

ISBN 978-85-7348-978-1

1. Direito tributário. I. Título.

CDU - 336.2

Índice para o catálogo sistemático:

Direito tributário

(Bibliotecária responsável: Marta Roberto, CRB-10/652)

Sumário

| | |
|---|-----------|
| Capítulo I – Tributação, Direito Tributário e Tributo..... | 17 |
| 1. Origem da tributação e da sua limitação..... | 17 |
| 2. A tributação como instrumento da sociedade..... | 21 |
| 3. Os deveres fundamentais de pagar tributos e de colaborar com a tributação..... | 22 |
| 4. A carga tributária, o direito à informação e os custos de conformidade | 27 |
| 5. Fiscalidade e extrafiscalidade..... | 30 |
| 6. Direito Tributário..... | 32 |
| 7. Relação com outras disciplinas jurídicas..... | 34 |
| 8. Relação com a Economia | 36 |
| 9. Relação com a Contabilidade..... | 36 |
| 10. Conceito de tributo..... | 38 |
| 11. Preços públicos e receitas patrimoniais..... | 41 |
| Capítulo II – Espécies Tributárias..... | 45 |
| 12. Características e regimes jurídicos específicos..... | 45 |
| 13. Critérios para a identificação das espécies tributárias..... | 46 |
| 14. Classificação dos tributos em cinco espécies tributárias..... | 48 |
| 15. Impostos..... | 49 |
| 16. Taxas | 50 |
| 17. Contribuições de melhoria..... | 53 |
| 18. Empréstimos compulsórios..... | 54 |
| 19. Contribuições..... | 55 |
| 20. Contribuições sociais..... | 59 |
| 21. Contribuições de intervenção no domínio econômico | 60 |
| 22. Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas..... | 61 |
| 23. Contribuições de iluminação pública..... | 62 |
| Capítulo III – Princípios Tributários..... | 65 |
| 24. Os diversos tipos de normas: princípios, regras e normas de colisão..... | 65 |
| 25. A relação entre os princípios e as limitações constitucionais ao poder de tributar..... | 66 |
| 26. Princípios gerais de Direito Tributário..... | 67 |
| 27. Princípio da capacidade contributiva..... | 67 |
| 28. Princípio da capacidade colaborativa..... | 71 |
| 29. Princípio da segurança jurídica em matéria tributária..... | 74 |
| 30. Princípio da igualdade tributária..... | 76 |
| 31. Princípio da praticabilidade da tributação..... | 81 |

| | |
|---|-----|
| Capítulo IV – Competência Tributária | 85 |
| 32. Detalhamento da competência na Constituição | 85 |
| 33. Normas constitucionais concessivas de competência | 87 |
| 34. Critério da atividade estatal | 88 |
| 35. Critério da base econômica | 88 |
| 36. Critério da finalidade | 90 |
| 37. Competências privativas, comuns e residuais | 92 |
| 38. Bitributação e <i>bis in idem</i> | 93 |
| 39. Tributos na base de cálculo de outros tributos | 95 |
| Capítulo V – Imunidades Tributárias | 99 |
| 40. Imunidades como normas negativas de competência | 99 |
| 41. Imunidades como garantias fundamentais | 100 |
| 42. Classificação, interpretação e aplicação das imunidades | 100 |
| 43. Imunidades genéricas a impostos | 103 |
| 44. Imunidade recíproca | 105 |
| 45. Imunidade dos templos de qualquer culto | 107 |
| 46. Imunidade dos partidos, sindicatos, entidades educacionais e assistenciais | 108 |
| 47. Imunidade dos livros, jornais, periódicos e do papel para a sua impressão | 109 |
| 48. Imunidade dos fonogramas e videogramas musicais | 111 |
| 49. Imunidade das entidades beneficentes de assistência social às contribuições de seguridade social | 112 |
| Capítulo VI – Garantias Fundamentais do Contribuinte | 115 |
| 50. Natureza das limitações ao poder de tributar | 115 |
| 51. Limitações em prol da segurança jurídica, da justiça tributária, da liberdade e da federação | 116 |
| 52. Garantia da legalidade estrita | 116 |
| 53. Garantia da irretroatividade | 121 |
| 54. Garantia de anterioridade | 124 |
| 55. Isonomia | 130 |
| 56. Não confisco | 130 |
| 57. Proibição de limitações ao tráfego por meio de tributos interestaduais e intermunicipais, ressalvado o pedágio | 132 |
| Capítulo VII – Garantias da Federação | 133 |
| 58. Limitações específicas à União | 133 |
| 59. Uniformidade geográfica | 133 |
| 60. Vedação da tributação diferenciada da renda das obrigações das dívidas públicas e da remuneração dos servidores | 134 |
| 61. Vedação de isenção heterônoma | 135 |
| 62. Limitações aos Estados e Municípios para estabelecer diferença tributária em razão da procedência ou destino | 136 |
| 63. Vedação da afetação do produto de impostos | 136 |
| Capítulo VIII – Critérios de Tributação | 139 |
| 64. Progressividade | 139 |
| 65. Seletividade | 140 |
| 66. Não cumulatividade | 143 |
| 67. Tributação monofásica | 145 |
| 68. Substituição tributária | 146 |

| | |
|---|-----|
| Capítulo IX – Legislação Tributária | 149 |
| 69. Normas constitucionais | 149 |
| 70. Leis complementares à Constituição | 149 |
| 71. Resoluções do Senado | 152 |
| 72. Convênios | 153 |
| 73. Tratados internacionais | 154 |
| 74. Leis ordinárias e medidas provisórias | 156 |
| 75. Atos normativos infralegais: decretos, instruções normativas, portarias, ordens de serviço | 157 |
| Capítulo X – Interpretação e Aplicação da Legislação Tributária | 159 |
| 76. Vigência e aplicação da legislação tributária | 159 |
| 77. Integração e interpretação da legislação tributária | 160 |
| 78. Aplicação dos princípios de Direito Tributário, de Direito Público e de Direito Privado e das normas de colisão | 162 |
| 79. Analogia e equidade | 166 |
| Capítulo XI – Capacidade, Cadastro e Domicílio | 171 |
| 80. Capacidade tributária | 171 |
| 81. Cadastros de contribuintes | 171 |
| 82. Domicílio tributário | 172 |
| Capítulo XII – Obrigações Tributárias | 175 |
| 83. As diversas relações jurídicas com naturezas contributiva, colaborativa ou punitiva | 175 |
| 84. Obrigações principais e acessórias | 176 |
| 85. Aspectos da norma tributária impositiva | 179 |
| 86. Hipótese de incidência e fato gerador | 181 |
| 87. Ocorrência dos fatos geradores | 182 |
| 88. Classificação dos fatos geradores | 183 |
| 89. Planejamento tributário e norma tributária antielisiva | 185 |
| 90. Sujeito ativo | 187 |
| 91. Sujeitos passivos das diversas relações jurídicas com o Fisco | 188 |
| 92. Solidariedade | 190 |
| 93. Contribuinte | 191 |
| 94. Substituto tributário | 192 |
| 95. Responsável tributário | 193 |
| 96. Responsabilidade dos sucessores | 197 |
| 97. Responsabilidade de terceiros, inclusive dos sócios-gerentes e administradores | 198 |
| 98. Responsabilidades estabelecidas pelo legislador ordinário | 201 |
| Capítulo XIII – Ilícito Tributário | 205 |
| 99. Infrações à legislação tributária e penalidades | 205 |
| 100. Multas | 207 |
| 101. Responsabilidade por infrações à legislação tributária | 211 |
| 102. Denúncia espontânea e exclusão da responsabilidade por infrações | 213 |
| Capítulo XIV – Constituição do Crédito Tributário | 217 |
| 103. Natureza do crédito tributário | 217 |
| 104. Existência, exigibilidade e exequibilidade | 217 |
| 105. Constituição ou formalização do crédito tributário | 218 |
| 106. Declarações do contribuinte e outras confissões de débito | 219 |

| | |
|---|------------|
| 107. Lançamentos de ofício, por declaração e por homologação..... | 221 |
| 108. Lançamento por arbitramento ou aferição indireta..... | 223 |
| 109. Liquidação no processo trabalhista | 225 |
| Capítulo XV – Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário..... | 227 |
| 110. Hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário..... | 227 |
| 111. Moratória e parcelamento..... | 228 |
| 112. Impugnação e recurso administrativos..... | 230 |
| 113. Liminares e antecipações de tutela..... | 231 |
| 114. Depósito do montante integral do crédito tributário..... | 232 |
| 115. Efeitos da suspensão da exigibilidade do crédito tributário..... | 234 |
| Capítulo XVI – Exclusão do Crédito Tributário..... | 237 |
| 116. Natureza e efeitos da exclusão do crédito tributário..... | 237 |
| 117. Isenção..... | 237 |
| 118. Anistia..... | 239 |
| Capítulo XVII – Extinção do Crédito Tributário..... | 241 |
| 119. Hipóteses de extinção do crédito tributário..... | 241 |
| 120. Pagamento, juros e multas..... | 241 |
| 121. Pagamento indevido e sua repetição..... | 243 |
| 122. Compensação..... | 248 |
| 123. Decadência do direito de lançar..... | 250 |
| 124. Prescrição da ação para execução do crédito tributário..... | 252 |
| Capítulo XVIII – Garantias e Privilégios do Crédito Tributário..... | 259 |
| 125. Meios de garantia e privilégios..... | 259 |
| 126. Sujeição do patrimônio do devedor à satisfação do crédito | 259 |
| 127. Bens absolutamente impenhoráveis por determinação legal..... | 260 |
| 128. Arrolamento administrativo de bens..... | 262 |
| 129. Ineficácia das alienações em fraude à dívida ativa | 262 |
| 130. Indisponibilidade dos bens..... | 263 |
| 131. Preferência do crédito tributário, inclusive na recuperação judicial e na falência..... | 265 |
| 132. Autonomia da execução de crédito tributário mesmo havendo concurso de credores..... | 266 |
| Capítulo XIX – Administração Tributária..... | 267 |
| 133. Órgãos e carreiras de administração tributária..... | 267 |
| 134. Fiscalização tributária..... | 269 |
| 135. Inscrição em dívida ativa..... | 272 |
| 136. Certidões negativas de débito..... | 275 |
| Capítulo XX – Impostos sobre o Patrimônio..... | 279 |
| 137. Imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA)..... | 279 |
| 138. Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU)..... | 283 |
| 139. Imposto sobre propriedade territorial rural (ITR)..... | 287 |
| Capítulo XXI – Impostos sobre a Transmissão de Bens..... | 293 |
| 140. Imposto sobre transmissão <i>inter vivos</i> de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis (ITBI)..... | 293 |
| 141. Imposto sobre transmissão <i>causa mortis</i> e doação (ITCMD)..... | 298 |
| Capítulo XXII – Imposto sobre a Renda..... | 305 |
| 142. Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza (IR)..... | 305 |

| | |
|--|------------|
| Capítulo XXIII – Impostos sobre a Atividade Econômica..... | 317 |
| 143. Imposto sobre produtos industrializados (IPI)..... | 317 |
| 144. Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS)..... | 326 |
| 145. Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS)..... | 340 |
| 146. Impostos sobre operações de crédito, câmbio, seguro ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF)..... | 345 |
| Capítulo XXIV – Impostos sobre o Comércio Exterior..... | 357 |
| 147. Imposto sobre importação (II)..... | 357 |
| 148. Imposto sobre exportação (IE)..... | 364 |
| Capítulo XXV – Contribuições Sociais..... | 367 |
| 149. Contribuições previdenciárias dos segurados do regime Geral de Previdência Social..... | 367 |
| 150. Contribuições previdenciárias do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada..... | 372 |
| 151. Contribuições de seguridade social sobre a receita (PIS e COFINS)..... | 383 |
| 152. Contribuições de seguridade social do importador (PIS-Importação e COFINS-Importação)..... | 391 |
| 153. Contribuição de seguridade social sobre o lucro (CSL)..... | 394 |
| Capítulo XXVI – Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico..... | 397 |
| 154. Contribuição de intervenção no domínio econômico destinada ao INCRA..... | 397 |
| 155. Contribuição de intervenção no domínio econômico destinada ao SEBRAE..... | 399 |
| 156. Contribuição de intervenção no domínio econômico sobre a comercialização de combustíveis..... | 401 |
| Capítulo XXVII – Contribuições do Interesse de Categorias Profissionais e Econômicas..... | 403 |
| 157. Contribuição aos Conselhos de Fiscalização Profissional..... | 403 |
| 158. Contribuição sindical..... | 406 |
| Capítulo XXVIII – Contribuição de Custeio da Iluminação Pública..... | 409 |
| 159. Contribuição de iluminação pública municipal (CIP)..... | 409 |
| Capítulo XXIX – Taxas de Serviço e de Polícia..... | 413 |
| 160. Taxa de coleta de lixo domiciliar..... | 413 |
| 161. Taxa de fiscalização, localização e funcionamento..... | 414 |
| Capítulo XXX – Regime do Simples Nacional..... | 417 |
| 162. Regime simplificado e unificado de recolhimento de tributos para microempresas e empresas de pequeno porte – Simples Nacional..... | 417 |
| Capítulo XXXI – Processo Administrativo-Fiscal..... | 421 |
| 163. Processo administrativo-fiscal federal..... | 421 |
| 164. Ação fiscal e autuação..... | 422 |
| 165. Notificações e intimações..... | 425 |
| 166. Fase litigiosa: impugnação, instrução e recursos..... | 425 |
| 167. Nulidades no processo administrativo-fiscal..... | 428 |
| 168. Processo administrativo-fiscal estadual..... | 429 |
| 169. Processo administrativo-fiscal municipal..... | 429 |
| Capítulo XXXII – Processo Judicial Tributário..... | 431 |
| 170. Ações ajuizadas pelo fisco..... | 431 |
| 171. Medida cautelar fiscal..... | 431 |

| | |
|--|------------|
| 172. Execução fiscal..... | 433 |
| 173. Exceção de pré-executividade..... | 435 |
| 174. Embargos à execução..... | 436 |
| 175. Ações ajuizadas pelo contribuinte e demais obrigados..... | 436 |
| 176. Mandado de segurança..... | 439 |
| 177. Ação declaratória..... | 441 |
| 178. Ação anulatória..... | 443 |
| 179. Ação cautelar de caução..... | 444 |
| 180. Ação consignatória..... | 445 |
| 181. Ação de repetição de indébito tributário e de compensação..... | 446 |
| 182. Conexão entre ações tributárias..... | 447 |
| Capítulo XXXIII – Direito Penal Tributário..... | 449 |
| 183. Criminalização de condutas ligadas à tributação..... | 449 |
| 184. Crimes tributários praticados por particulares..... | 450 |
| 185. Princípio da insignificância nos crimes contra a ordem tributária..... | 450 |
| 186. O falso como crime-meio e consunção..... | 453 |
| 187. Constituição definitiva do crédito tributário como elemento essencial dos crimes materiais contra a ordem tributária..... | 455 |
| 188. Continuidade delitiva nos crimes contra a ordem tributária..... | 457 |
| 189. Descaminho..... | 459 |
| 190. Apropriação indébita tributária..... | 461 |
| 191. Sonegação de tributos..... | 462 |
| 192. Falsificação de papéis públicos tributários..... | 465 |
| 193. Crimes tributários praticados por funcionários públicos..... | 466 |
| 194. Excesso de exação..... | 467 |
| 195. Facilitação ao descaminho..... | 467 |
| 196. Extravio, sonegação ou inutilização de livro, processo ou documento fiscal..... | 467 |
| 197. Corrupção passiva fiscal..... | 468 |
| 198. Advocacia administrativa fiscal..... | 469 |
| Capítulo XXXIV – Processo Penal Tributário..... | 471 |
| 199. Representação fiscal para fins penais..... | 471 |
| 200. Ação penal pública..... | 472 |
| 201. Suspensão da punibilidade pelo parcelamento..... | 473 |
| 202. Extinção da punibilidade pelo pagamento..... | 475 |
| Anexo de Legislação..... | 477 |
| Constituição da República Federativa do Brasil..... | 477 |
| Código Tributário Nacional – Lei nº 5.172/1966..... | 485 |
| Índice Alfabético-Remissivo..... | 513 |